

- 16.2** No julgamento das propostas e da habilitação, a(o) Pregoeira(o) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em relatório de julgamento (ata) e acessível às(aos) licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e de habilitação, observado o disposto na Lei 9.784/1999.
- 16.3** Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências com vistas ao saneamento de erros/falhas ou comprovação da veracidade das informações prestadas, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema eletrônico (www.gov.br/compras) com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.
- 16.4** Em caso de desconexão da(o) Pregoeira(o) nas fases de lances, aceitação e habilitação, o sistema eletrônico (www.gov.br/compras) poderá permanecer acessível às(aos) licitantes, retornando a(o) Pregoeira(o) quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.
- 16.4.1** Verificada a desconexão por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão pública poderá ser suspensa e reiniciada após decorridas, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas**, após a comunicação do fato às(aos) participantes no sítio eletrônico utilizado para a divulgação (www.gov.br/compras).
- 16.5** Poderá a(o) Pregoeira(o), na hipótese de ato administrativo equivocado, invocar o Poder-Dever pertinente à Administração Pública, para rever, justificadamente, quaisquer atos praticados durante as etapas de julgamento da(s) proposta(s), de habilitação ou recursal da sessão pública do certame.
- 16.6** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE/SE, considerando-se os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 16.7** Os horários estabelecidos no Edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 16.8** A sessão pública do certame poderá ocorrer no período das 9h às 18h, em dias de expediente no TRE/SE.
- 16.8.1** Se a sessão pública, iniciada no período da manhã, se prolongar durante o período vespertino - ou seja, para além das 13 (treze) horas -, poderá haver concessão de intervalo mínimo de 1 (uma) hora, para repouso e alimentação, a critério da(o) Pregoeira(o).
- 16.8.2** As atividades de suspensão e de reabertura da sessão pública são exclusivas da(o) Pregoeira(o), cabendo à(ao) licitante o acompanhamento dos registros no chat do sistema informatizado.
- 16.9** As regras que tratam das condições de recebimento do objeto da licitação, da Gestão/Fiscalização da Contratação, da(s) forma(s) de pagamento, do reajustamento de preço, da garantia à execução da contratação, se houver, e das penalidades em sede de execução contratual constam do Termo de Referência, das Especificações Técnicas do Serviço e/ou da Minuta de Contrato, que integram o rol de anexos deste Instrumento.
- 16.10** Informações sobre o Edital poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694/8717, durante o horário de expediente (07:00 às 13:00 horas), ou pelo endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.
- 16.11** Integram este Ato Convocatório os seguintes anexos:
- 16.11.1** Anexo I - Termo de Referência.
- 16.11.2** Anexo II - Especificações Técnicas do Serviço (ETS).
- 16.11.2.1** Anexo II.1 - Termo de Recebimento e Vistoria (TRV).
- 16.11.2.2** Anexo II.2 - Termo de Devolução e Vistoria (TDV).
- 16.11.2.3** Anexo II.3 - Quadro A - Controle mensal por veículo.
- 16.11.2.4** Anexo II.4 - Quadro B - Ocorrências e substituições - SLA 24h.
- 16.11.2.5** Anexo II.5 - Quadro C - Conformidade documental e itens de segurança.
- 16.11.2.6** Anexo II.6 - Modelo de Relatório Mensal da(o) Fiscal.
- 16.11.2.7** Anexo II.7 - Instrumento de Medição de Resultados (IMR).
- 16.11.2.7.1** Anexo II.7.1 - Planilha Consolidada do IMR.
- 16.11.2.8** Anexo II.8 - Modelo de Registro de Ocorrência Contratual (ROC).
- 16.11.2.9** Anexo II.9 - Modelo de Notificação à(ao) Contratada(o).
- 16.11.2.10** Anexo II.10 - Lista de Contatos Operacionais.
- 16.11.3** Anexo III - Modelo de Planilha de Proposta de Preços.
- 16.11.4** Anexo IV - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo.
- 16.11.5** Anexo V - Termo de Ciência.
- 16.11.6** Anexo VI - Minuta de Contrato.
- 16.12** Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (www.gov.br/compras) e a legislação informada no preâmbulo deste Ato Convocatório.
- 16.13** O Estudo Técnico Preliminar (ETP) correspondente a esta contratação encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos> (pesquisar pelo ano e pelo número do Pregão).

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

I. DADOS DO PROCESSO		
1.1 Processo administrativo SEI		
0000864-84.2026.6.25.8000		
1.2 Objeto		
Locação de veículos de passeio (carro popular), destinados a atender deslocamentos no Estado de Sergipe relacionados a atividades preparatórias para as Eleições Gerais de 2026, em apoio à sede do TRE/SE e aos Cartórios Eleitorais da Capital.		
1.3 Unidade(s) Demandante(s)		
Núcleo de Transporte Institucional (NTI) Cartórios Eleitorais da Capital		
1.4 Unidade Solicitante		
Responsável titular - Jorgivaldo dos Santos	Unidade: NTI	
Responsável substituto - Luiz Frank Ribeiro Lopes		
1.5 Unidade Técnica		
Núcleo de Transporte Institucional (NTI)		
1.6 Equipe de Planejamento da Contratação		
Integrante Demandante:		
Titular - Jorgivaldo dos Santos	Unidade: NTI	
Substituto - Luiz Frank Ribeiro Lopes		
Integrante Técnico:		
Titular - Jorgivaldo dos Santos	Unidade: NTI	
Substituto - Luiz Frank Ribeiro Lopes		
Integrante Administrativo		
Titular - Walkeline Fraga Dias (ASTEC)	Unidade: ASTEC E ASPLAN/SAO	
Substituto - Ricardo Loeser de Carvalho Filho (ASPLAN-SAO)		
1.7 Responsável pela Aprovação do Estudo Preliminar:		
Nome: Rubens Lisboa Maciel Filho	Unidade: DG	
1.8 Fiscais Previamente Indicados (opcional):		
Fiscal Técnico: Os fiscais serão indicados posteriormente, após a aprovação das contratações que integrarão a solução que atenderá a demanda.	Unidade:	
Titular -		
Substituto -		
Fiscal Administrativo: Os fiscais serão indicados posteriormente, após a aprovação das contratações que integrarão a solução que atenderá a demanda.	Unidade:	
Titular -		
Substituto -		
Fiscal Setorial: Os fiscais serão indicados posteriormente, após a aprovação das contratações que integrarão a solução que atenderá a demanda.	Unidade:	

Titular - Substituto -	
Gestor do Contrato: Os gestores serão indicados posteriormente, após a aprovação das contratações que integrarão a solução que atenderá a demanda. Titular - Substituto -	Unidade:

1. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1 DESCRIÇÃO RESUMIDA

Item	Código SIASG	Especificação do serviço	Descrição complementar	Métrica/ Unidade	Quantidade	Valor de Referência (vide detalhamento constante do Ato Convocatório - preâmbulo)
1	4014	Locação de Veículos Leves - Pesados Sem Motorista	Veículo de passeio tipo popular; sem motorista e sem combustível; motor 1.0 (1000cc) ou superior; FLEX (bicombustível: gasolina e etanol); com ar-condicionado; quatro portas; capacidade mínima para cinco pessoas; ano de fabricação 2022 ou superior; franquia mensal de 3.000 km por veículo; manutenção preventiva/corretiva; assistência 24h/guincho quando aplicável, seguro vigente e substituição em até 24 horas, nos termos previstos no ETS.	Serviço	01	R\$ 99,867,24

1.1.1 O objeto desta contratação atenderá às necessidades dos Cartórios Eleitorais sediados na Capital e da sede do Tribunal, complementarmente à sua frota, no período de 1/07/2026 a 09/10/2026 (ou, se houver 2º turno, até 31/10/2026), conforme a demanda especificada a seguir:

Unidade	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Sede do TRE/SE (CENAF/Capucho)	4	4	4	4
Cartórios Eleitorais da Capital	4	4	6	6
Total de veículos no período	8	8	10	10

1.2 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.2.1 A contratação tem por objeto a disponibilização de veículos de passeio para uso institucional do TRE/SE, sem fornecimento de motorista e sem fornecimento de combustível.
- 1.2.2 O objeto compreende, obrigatoriamente, a entrega inicial, a disponibilização regular da frota, a manutenção preventiva e corretiva, a assistência 24h/guincho quando aplicável, a cobertura securitária durante toda a execução, a substituição de veículo em caso de indisponibilidade e a devolução final com vistoria.
- 1.2.3 A entrega inicial e a devolução final ocorrerão na Sede do TRE/SE, em Aracaju/SE, podendo haver remanejamento entre unidades usuárias (Sede e Cartórios Eleitorais da Capital), desde que mantido o quantitativo total previsto para cada período e observados os registros operacionais exigidos no ETS.
- 1.2.4 Os veículos ficarão à disposição da Justiça Eleitoral, nos endereços abaixo indicados, para atendimento das demandas de deslocamento no estado de Sergipe:
- 1.2.4.1 Sede do TRE/SE: CENAF, Lote 7, Variante 2, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP 49.081-000.
- 1.2.4.2 Sede dos Cartórios Eleitorais da Capital: Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima, situado na Rua Itabaiana, 580, Bairro São José, Aracaju/SE, CEP 49.015-110.
- 1.2.5 Não integram o escopo da presente contratação o fornecimento de motorista, o fornecimento de combustível e quaisquer rotinas típicas de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra.
- 1.2.6 Todas as especificações técnicas, operacionais, de controle, de fiscalização, de evidências mínimas, de medição e de pagamento constam do artefato Especificações Técnicas dos Serviços (ETS), que integra a contratação e prevalece quanto às condições técnicas específicas do objeto.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

- 2.1.1 A realização das eleições demanda a execução de diversas atividades preparatórias e operacionais, tais como treinamento de mesáries e mesários, ações de fiscalização, transporte de materiais, apoio à auditoria de urnas, entre outras providências indispensáveis à regularidade do pleito. Tais atividades, especialmente no período eleitoral, extrapolam a capacidade ordinária de atendimento da estrutura administrativa existente no Tribunal, impondo ao TRE/SE a adoção de contratações sazonais, cuja vigência, em regra, se encerra com a conclusão do processo eleitoral.
- 2.1.2 No caso em exame, a contratação pretendida destina-se a suprir as necessidades de deslocamento no âmbito do Estado de Sergipe, as quais se intensificam, ordinariamente, a partir do mês de julho dos anos eleitorais, com especial relevo nos dias que antecedem o pleito, no dia da votação e nas atividades posteriores relacionadas à fiscalização, ao suporte logístico e à totalização dos resultados.
- 2.1.3 A ausência desse suporte adicional comprometeria a logística eleitoral e poderia ocasionar prejuízos à execução tempestiva das atividades institucionais, com risco de atrasos em procedimentos essenciais ao regular funcionamento da votação e da apuração.
- 2.1.4 Nesse contexto, a presente contratação tem por finalidade reforçar a capacidade logística e operacional do TRE/SE durante o ciclo das Eleições 2026, período em que se verifica o aumento expressivo dos deslocamentos institucionais, a ampliação das rotinas de apoio administrativo e a elevação da demanda por veículos destinados ao atendimento das unidades da Capital e ao suporte das atividades correlatas ao pleito.
- 2.1.5 Conforme consignado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), a solução mais vantajosa para o cenário atual consiste na locação de veículos sem motorista e sem combustível, com aproveitamento dos contratos vigentes destinados ao fornecimento de motoristas e ao abastecimento dos veículos. Tal modelagem permite concentrar a presente contratação na disponibilização da frota, promovendo maior racionalização administrativa, redução do custo global da solução e melhor delimitação do objeto contratual.
- 2.1.6 A necessidade é previsível, sazonal e diretamente vinculada ao período eleitoral, com início estimado em julho de 2026 e término após a conclusão das atividades relacionadas ao pleito de outubro de 2026, inclusive eventual segundo turno. Assim, a não contratação da solução comprometeria o atendimento das demandas operacionais das unidades usuárias e ampliaria o risco de descontinuidade de atividades essenciais de apoio às Eleições 2026.

2.2 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

- 2.2.1 A contratação guarda alinhamento com o planejamento institucional, pois se relaciona com objetivos e diretrizes previstos no Mapa Estratégico 2021–2026 do TRE/SE, especialmente no que se refere ao fortalecimento da capacidade administrativa e à adequada gestão dos recursos institucionais.
- 2.2.2 Nos termos da análise de cenários prevista na Resolução TRE/SE 5/2021, a contratação apresenta aderência, em especial, aos seguintes Macrodesafios:
- a) Macrodesafio 7 – Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária, inserido na perspectiva Processos Internos, na medida em que assegura suporte logístico adequado à execução das atividades institucionais;
- b) Macrodesafio 9 – Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira, inserido na perspectiva Aprendizado e Crescimento, tendo em vista que a demanda foi previamente planejada e está compatibilizada com a programação administrativa e orçamentária do Tribunal.
- 2.2.3 Registra-se, ainda, que a presente demanda decorre de necessidade previsível e de caráter sazonal, encontrando-se contemplada no Plano de Contratações Anual do exercício de 2026, conforme Anexo II da Portaria Normativa TRE/SE 104/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1 A solução consiste na locação de até 10 (dez) veículos de passeio, tipo popular, sem motorista e sem combustível, a serem disponibilizados de forma escalonada, observada a seguinte distribuição: 8 (oito) veículos nos meses de julho e agosto de 2026 e 10 (dez) veículos nos meses de setembro e outubro de 2026.
- 3.2 A contratação compreende a disponibilização dos veículos em regime de uso exclusivo pelo TRE/SE durante o período de vigência contratual, devendo a prestação abranger, no mínimo, a manutenção preventiva e corretiva da frota, a assistência 24 (vinte e quatro) horas, inclusive com serviço de guincho, quando necessário, a cobertura securitária, a substituição do veículo em até 24 (vinte e quatro) horas, nas hipóteses previstas no ajuste, bem como os procedimentos de entrega e devolução formalizados mediante vistoria e registro das condições do veículo.
- 3.3 A solução abrange, ainda, a manutenção das condições de regularidade, segurança e aptidão operacional dos veículos durante toda a execução contratual, competindo à CONTRATADA assegurar que a frota permaneça em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas e em condições adequadas de circulação e uso.
- 3.4 A franquia mensal será de 3.000 km (três mil quilômetros) por veículo, com apuração por franquia global da frota no respectivo período de referência, admitida a compensação de quilometragem entre os veículos disponibilizados.

3.5 A quilometragem imputada somente poderá ser cobrada quando houver comprovação efetiva de sua ocorrência, validação pela fiscalização contratual e superação da franquia global aplicável ao período apurado.

3.6 A descrição detalhada da solução, incluídas as especificações dos veículos, as condições de execução, os requisitos mínimos da prestação e as obrigações correlatas, consta do Anexo Especificações Técnicas do Serviço (ETS).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 REQUISITOS ESPECÍFICOS

4.1.1 O serviço deverá ser executado por empresa regularmente constituída e apta ao exercício da atividade pertinente ao objeto, em conformidade com a legislação aplicável, com as disposições deste Termo de Referência e com as condições estabelecidas no Anexo Especificações Técnicas do Serviço (ETS) e nos demais anexos do instrumento convocatório.

4.2 SUSTENTABILIDADE

4.2.1 Durante a execução contratual, deverão ser observados os critérios de sustentabilidade ambiental, social e de acessibilidade aplicáveis ao objeto, na forma estabelecida no Anexo Especificações Técnicas do Serviço (ETS).

4.2.2 Os requisitos de sustentabilidade previstos para a contratação observam os princípios da legalidade, da isonomia, da razoabilidade e da competitividade, não implicando restrição indevida ao caráter competitivo do certame.

4.3 SUBCONTRATAÇÃO

4.3.1 Admite-se a subcontratação parcial para o fornecimento ou a disponibilização do(s) veículo(s) empregado(s) na execução do serviço, desde que previamente autorizada, de forma expressa, pelo Gestor do Contrato.

4.3.2 Para fins do subitem anterior, a CONTRATADA deverá comprovar o vínculo jurídico que a autorize a disponibilizar o(s) veículo(s), por meio de propriedade, arrendamento mercantil, locação, comodato, cessão, contrato de disponibilidade ou instrumento equivalente, bem como apresentar a documentação de regularidade pertinente.

4.3.3 A subcontratação parcial não afasta a responsabilidade integral da CONTRATADA pela execução do objeto, pela qualidade da prestação, pelo cumprimento dos prazos e por todas as demais obrigações contratuais, legais e regulamentares, não se estabelecendo qualquer vínculo entre TRE/SE e o subcontratado.

4.3.4 É vedada a utilização de veículos de particulares, pessoas físicas, e de veículos caracterizados como "carro de praça", tais como táxi, Uber ou similares.

4.3.5 As demais condições, limites e procedimentos aplicáveis à subcontratação constam do Anexo Especificações Técnicas do Serviço (ETS).

4.4 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

4.4.1 Não será exigida garantia de execução contratual, em observância ao juízo de proporcionalidade consignado no Estudo Técnico Preliminar, sem prejuízo das demais salvaguardas contratuais, dos mecanismos de fiscalização e da aplicação das sanções cabíveis.

4.5 TRANSIÇÃO CONTRATUAL

4.5.1 Não se aplica à presente contratação a exigência de transição contratual, tendo em vista que o objeto é padronizado, não envolve transferência de conhecimento ou tecnologia e possui prazo determinado de 4 (quatro) meses, vinculado à necessidade sazonal do período eleitoral.

4.6 VISTORIA PRÉVIA

4.6.1 Não será exigida vistoria prévia como condição para participação no certame ou para apresentação de proposta.

4.6.2 A dispensa de vistoria prévia não afasta a obrigatoriedade de realização de vistoria na entrega inicial e na devolução final dos veículos, mediante os procedimentos e registros previstos no ETS.

4.7 PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

4.7.1 Fica vedada a participação de sociedades cooperativas, nos termos da estratégia da contratação registrada no Estudo Técnico Preliminar.

4.8 PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

4.8.1 Fica vedada a participação de licitantes constituídas sob a forma de consórcio, nos termos da estratégia da contratação registrada no Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1 DINÂMICA DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1.1 A execução do serviço objeto da contratação deverá ser realizada diretamente pela CONTRATADA, por intermédio de veículos de sua propriedade ou a ela vinculados juridicamente, observadas rigorosamente as especificações, prazos e condições contidas neste Termo de Referência (e nos demais Anexos ao Ato Convocatório) e a legislação pertinente, bem como em observância às boas práticas operacionais, às normas regulamentares de segurança e saúde no trabalho, às normas internas da Instituição, entre outras.

5.1.2 A execução do objeto desta contratação deve atender à dinâmica e às especificações indicadas no Anexo Especificações Técnicas do Serviço (ETS).

5.2 DURAÇÃO DO CONTRATO

5.2.1 A contratação tem por escopo atender o período 1º de julho de 2026 a 9 de outubro de 2026 e, se houver segundo turno de eleições, a prestação do serviço se prolongará até o dia 31 de outubro de 2026.

5.3 OBRIGAÇÕES DO TRE/SE E SUAS VEDAÇÕES

5.3.1 Obrigações do TRE/SE:

5.3.1.1 Emitir a Nota de Empenho e adotar as providências administrativas necessárias à formalização e ao regular início da contratação.

5.3.1.2 Proporcionar à CONTRATADA as condições indispensáveis à adequada execução do objeto da contratação, inclusive quanto ao acesso aos locais de entrega, recolhimento, vistoria e demais atos necessários ao cumprimento contratual.

5.3.1.3 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela(o) representante ou pela(o) Preposta(o) da CONTRATADA.

5.3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação, em todas as suas fases, a fim de verificar o integral cumprimento das especificações do objeto pactuado, do ETS, do IMR e das demais condições estabelecidas nos demais Anexos ao Ato Convocatório.

5.3.1.5 Receber e conferir os serviços em conformidade com os prazos e condições fixados neste Instrumento e nos demais Anexos ao Ato Convocatório, verificando sua compatibilidade com as especificações estabelecidas, rejeitando, no todo ou em parte, se houver irregularidades, vícios, inadequações ou desconformidades.

5.3.1.6 Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, de acordo com as condições de preço, medição, liquidação e prazo estabelecidas neste Instrumento e nos demais Anexos ao Ato Convocatório.

5.3.1.7 Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer falhas, irregularidades ou ocorrências verificadas no cumprimento da execução contratual, preferencialmente por meio eletrônico, inclusive para fins de contagem de prazo de saneamento, aferição do SLA e registro de evidências.

5.3.1.8 Realizar as avaliações previstas no Instrumento de Medição de Resultados – IMR, com base nas evidências mínimas exigidas para fiscalização, medição, recebimento e pagamento.

5.3.1.9 Assegurar o acesso às suas dependências das(os) profissionais incumbidas(os) da entrega, retirada, manutenção, assistência, vistoria ou substituição dos veículos, desde que devidamente identificadas(os) e em observância às normas internas de segurança e disciplina do TRE/SE.

5.3.1.10 Emitir decisão expressa sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou sem interesse para a boa execução do ajuste, nos termos do art. 123 da Lei 14.133/2021.

5.3.1.10.1 Conduzida a instrução do requerimento, o TRE/SE terá o prazo de 1 (um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

5.3.1.11 Definir, por intermédio das unidades usuárias e da fiscalização competente, a distribuição operacional dos veículos e os eventuais remanejamentos entre unidades, observado o quantitativo total contratado e o interesse do TRE/SE.

5.3.1.12 Formalizar os acionamentos operacionais da CONTRATADA pelos canais previstos no ajuste, especialmente em caso de pane, sinistro, avaria, indisponibilidade, necessidade de manutenção, substituição ou regularização documental.

5.3.2 Vedações aplicáveis ao TRE/SE:

5.3.2.1 Praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

5.3.2.1.1 Exercer poder de mando direto sobre empregadas(os), motoristas de apoio, atendentes, mecânicos, guincheiros ou quaisquer profissionais vinculados à CONTRATADA, devendo reportar-se somente à(ao) Preposta(o) ou à pessoa por ela indicada.

5.3.2.1.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA.

5.3.2.1.3 Determinar à CONTRATADA a utilização de oficina, seguradora, central de atendimento, sistema interno, guincho, logística ou pessoal específico, salvo quando houver exigência legal, técnica ou contratual expressa.

5.3.2.1.4 Assumir, por ação ou omissão, responsabilidades próprias da CONTRATADA quanto à manutenção, regularização documental, seguro, assistência, substituição de veículos ou demais obrigações inerentes à execução do objeto.

5.3.2.2 Utilizar os veículos em desconformidade com a finalidade institucional da contratação ou fora das condições estabelecidas no ajuste, sem prejuízo das hipóteses de uso operacional regularmente autorizadas.

5.4 OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA E SUAS VEDAÇÕES

5.4.1 A ADJUDICATÁRIA/CONTRATADA deverá cumprir, além das disposições constantes deste Termo de Referência, do Anexo Especificações Técnicas do Serviço (ETS), do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), do Contrato e dos demais documentos integrantes da contratação, as obrigações previstas neste item.

5.4.1.1 Obrigações da ADJUDICATÁRIA na fase pré-contratual:

5.4.1.1.1 Comprovar a manutenção das condições de habilitação informadas por ocasião do certame licitatório, particularmente em relação à regularidade fiscal federal e trabalhista, bem como da inexistência de obstáculos ao direito de contratar com a Administração Pública.

5.4.1.1.2 Comprovar o atendimento das seguintes condições:

5.4.1.1.2.1 Não possuir inscrição no cadastro de empregadoras(es) flagradas(os) explorando trabalhadoras(es) em condições análogas às de escravo(o), instituído pela [Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR nº 18, de 13 de setembro de 2024](#).

5.4.1.1.2.1.1 O Cadastro de Empregadores previsto na Portaria Interministerial MTE/MDHC/MIR nº 18/2024 está disponível para consulta no site institucional do Ministério do Trabalho e Previdência Social na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/inspecao-do-trabalho/areas-de-atuacao/cadastro_de_empregadores.pdf).

5.4.1.1.2.2 Não ter sido condenada, a licitante vencedora ou suas(seus) dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão dos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT C029 - Trabalho Forçado ou Obrigatório e C 105 -Abolição do Trabalho Forçado.

5.4.1.1.2.2.1 A condição prevista neste item será comprovada por meio de declaração firmada por representante legal da CONTRATADA, sendo que a declaração falsa sujeitará a empresa às sanções previstas em lei e no ato convocatório e seus anexos.

5.4.1.1.3 Indicar os dados pessoais da(o) representante que será responsável pela assinatura do Contrato, inclusive com a comprovação dos poderes legais necessários para tanto, bem como realizar o cadastro no sistema processual (SEI) para esse fim.

5.4.1.1.3.1 A(O)(s) representante(s) da empresa vencedora deverá realizar, caso necessário, cadastro para acesso ao SEI para fins de assinatura digital, conforme procedimento repassado pela Seção de Contratos (SECON).

5.4.1.1.4 Indicar os dados pessoais e contatos comerciais de agente responsável por sua representação legal.

5.4.1.1.4.1 Informar os canais formais de comunicação e de acionamento, no mínimo e-mail, telefone e WhatsApp corporativo, os quais deverão permanecer ativos durante toda a vigência contratual.

5.4.1.1.5 Indicar, até a assinatura do Contrato, Preposta(o) para representá-la na execução do objeto contratual, com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, fornecendo nome completo, telefone, endereço eletrônico e número de WhatsApp corporativo, reservando-se ao TRE/SE o direito de determinar, motivadamente e a qualquer tempo, sua substituição.

5.4.1.1.6 Apresentar os demais documentos e informações necessários e suficientes à assinatura do respectivo Contrato.

5.4.1.1.7 Receber Nota de Empenho e assinar o respectivo Contrato.

5.4.1.1.8 Não possuir registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), cuja consulta é obrigatória para a celebração da contratação, nos termos do artigo 6º-A, da Lei 10.522/2002, e do artigo 11-A, III, da [Portaria PGFN 819/2023](#).

5.4.1.2 Obrigações GERAIS da CONTRATADA durante a execução:

5.4.1.2.1 Executar o objeto em conformidade com este Termo de Referência, com o ETS, com o Contrato e com a proposta apresentada, com observância às recomendações da boa técnica, às normas aplicáveis e à legislação vigente.

5.4.1.2.2 Executar os serviços nos prazos fixados neste Instrumento, no ETS e no Contrato, de acordo com as especificações, normas técnicas e diretrizes indicadas pela GESTÃO/FISCALIZAÇÃO da contratação.

5.4.1.2.3 Responsabilizar-se pelo pagamento da mão de obra, bem como por todas as obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, transportes, seguros e demais encargos necessários à execução, conclusão e quitação dos serviços contratados.

5.4.1.2.4 Arcar com a responsabilidade decorrente de falhas, erros ou defeitos na execução do serviço, quando resultantes de culpa ou dolo da CONTRATADA, independentemente da atuação fiscalizatória do TRE/SE.

5.4.1.2.5 Cumprir tempestiva e integralmente as determinações da GESTÃO/ FISCALIZAÇÃO da contratação.

5.4.1.2.5.1 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelos agentes de fiscalização do TRE/SE, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, aos documentos relativos à execução contratual.

5.4.1.2.6 Facilitar, por todos os meios, o exercício das funções da GESTÃO/FISCALIZAÇÃO da contratação, atendendo às solicitações formuladas e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações pertinentes ao objeto contratado.

5.4.1.2.7 Verificar e conferir todos os documentos e instruções que lhe forem fornecidos, comunicando à GESTÃO/FISCALIZAÇÃO da contratação qualquer irregularidade, incorreção ou discrepância encontrada que desaconselhe ou impeça a execução.

5.4.1.2.7.1 A não observância das informações constantes dos documentos e instruções referidos no subitem anterior transferirá à CONTRATADA a responsabilidade pelos prejuízos decorrentes da execução defeituosa.

5.4.1.2.8 Paralisar, por determinação do TRE/SE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens do TRE/SE ou de terceiros.

5.4.1.2.9 Na hipótese de substituição da(o) Preposta(o), a CONTRATADA deverá comunicar formalmente o TRE/SE e apresentar, **de imediato**, os dados da(o) nova(o) representante, de modo a não haver descontinuidade na interlocução administrativa e operacional, sem prejuízo de, quando necessário, formalizar complementação documental no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

5.4.1.2.10 Manter a(o) Preposta(o) disponível durante toda a vigência contratual, inclusive para atendimento a panes, sinistros, substituições, regularização documental, prestação de informações e demais providências necessárias à continuidade do serviço.

5.4.1.2.11 Manter atualizados o endereço eletrônico, o telefone e o número de WhatsApp corporativo aptos ao recebimento de comunicações, notificações e acionamentos.

5.4.1.2.12 Encaminhar à GESTÃO/FISCALIZAÇÃO toda a documentação e as evidências exigidas para entrega, substituição, manutenção, regularidade, medição, recebimento e pagamento.

5.4.1.2.13 Reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, inadequações ou desconformidades.

5.4.1.2.14 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao TRE/SE ou a terceiros, devendo promover o ressarcimento integral, sem prejuízo de o TRE/SE descontar dos pagamentos eventualmente devidos o valor correspondente aos danos sofridos.

5.4.1.2.15 Responder integralmente pelos danos causados ao TRE/SE ou a terceiros em razão da execução contratual, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a atuação da FISCALIZAÇÃO.

5.4.1.2.16 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.4.1.2.17 Não transferir a terceiros a execução do objeto, salvo na hipótese de subcontratação parcial expressamente admitida e previamente autorizada.

5.4.1.2.17.1 Na hipótese de subcontratação parcial autorizada, manter integral responsabilidade perante o TRE/SE pela execução do objeto e por todas as obrigações contratuais.

5.4.1.2.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da contratação e observar, no que couber, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e as normas de ética e integridade do TRE/SE (Resolução TRE/SE nº 120/2015).

5.4.1.2.19 Assinar Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no TRE/SE, e providenciar para que as(os) empregadas(os) diretamente vinculadas(os) à contratação firmem o Termo de Ciência, ambos anexos ao ato convocatório.

5.4.1.2.19.1 O acesso às dependências do TRE/SE ficará condicionado ao atendimento da exigência prevista no subitem 5.4.1.2.19.

5.4.1.2.20 Apresentar tempestivamente toda a documentação necessária à liquidação da despesa e ao pagamento mensal dos serviços, conforme fixado neste Instrumento e no Contrato.

5.4.1.2.21 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

5.4.1.3 Obrigações ESPECÍFICAS decorrentes da natureza do objeto contratado (sem prejuízo das condições e obrigações previstas no ETS):

5.4.1.3.1 Disponibilizar veículos de passeio, tipo popular, sem motorista e sem combustível, observadas as especificações mínimas de motorização, ano/modelo, capacidade, número de portas, itens obrigatórios de segurança e regularidade documental definidos na contratação.

5.4.1.3.2 Garantir a disponibilização contínua da frota contratada, nos quantitativos e períodos definidos pelo TRE/SE.

5.4.1.3.3 Manter os veículos em perfeitas condições de uso, funcionamento, segurança, conservação e limpeza, providenciando, às suas expensas, as manutenções preventivas e corretivas necessárias, sem prejuízo da continuidade da prestação.

5.4.1.3.4 Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas e serviço de guincho, quando cabível, bem como adotar as providências necessárias ao pronto restabelecimento da execução.

5.4.1.3.5 Substituir, sem ônus adicional para o TRE/SE, o veículo indisponível, inadequado, irregular, sinistrado, avariado, reprovado em vistoria ou impedido de circular, observado o prazo contratual aplicável e, quando cabível, o SLA de até 24 (vinte e quatro) horas.

5.4.1.3.6 Entregar e recolher os veículos nos locais, datas e horários definidos pelo CONTRATANTE, com observância dos procedimentos de vistoria, conferência e registro previstos na contratação.

5.4.1.3.7 Manter vigente, durante toda a execução contratual, a documentação legal e securitária dos veículos, inclusive CRLV-e e apólice ou cobertura de seguro, apresentando os respectivos comprovantes sempre que solicitado.

5.4.1.3.8 Consolidar e fornecer todas as informações necessárias à avaliação da execução contratual e ao preenchimento do IMR, inclusive quanto à disponibilidade da frota, substituições, manutenções, acionamentos, ocorrências e evidências correspondentes.

5.4.1.3.9 Observar, no que couber, as práticas de sustentabilidade ambiental e social aplicáveis à contratação, especialmente quanto à manutenção regular dos veículos, à destinação ambientalmente adequada de resíduos automotivos e às exigências de sustentabilidade social previstas no ETS.

5.4.1.3.10 Providenciar, às suas expensas, a identificação visual dos veículos disponibilizados ao TRE/SE, conforme padrão, conteúdo e layout definidos pelo TRE/SE, mantendo-a em condições adequadas de conservação e legibilidade durante todo o período de disponibilização, quando exigida.

5.4.1.3.11 Cumprir as demais condições e obrigações indicadas no Anexo Especificações Técnicas do Serviço (ETS).

5.4.1.3.11.1 As obrigações específicas relacionadas à execução do objeto deverão ser interpretadas e cumpridas em conformidade com o Anexo Especificações Técnicas do Serviço (ETS).

5.4.1.3.11.2 Em caso de dúvida ou aparente divergência entre as disposições deste Termo de Referência e as do Anexo Especificações Técnicas do Serviço (ETS), prevalecerão as disposições constantes do ETS, sem prejuízo da observância das demais regras do edital, do Contrato e da legislação aplicável.

5.4.2 Vedações aplicáveis à CONTRATADA:

5.4.2.1 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento do TRE/SE, salvo nas hipóteses admitidas em lei.

5.4.2.2 Utilizar veículos de particulares, pessoas físicas, e/ou caracterizados como "carro de praça", tais como táxi, Uber ou similares, para cumprimento do objeto contratual.

5.4.2.3 Veicular publicidade, divulgar informações ou dar publicidade à prestação dos serviços ou à relação contratual mantida com o TRE/SE, sem prévia autorização da Administração.

5.4.2.4 Caucionar ou utilizar a Nota de Empenho ou o Contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do TRE/SE, quando juridicamente cabível.

5.4.2.5 Associar-se com outrem, realizar fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução do Contrato, a juízo do TRE/SE.

5.4.2.6 Descumprir os canais formais de comunicação e acionamento definidos na contratação, especialmente quando isso comprometer a comprovação do acionamento, a contagem de prazo de SLA, a fiscalização ou a apuração de responsabilidade.

5.4.2.7 Opor embaraço à FISCALIZAÇÃO, onegar documentos, retardar resposta a notificações ou deixar de apresentar as evidências mínimas exigidas para medição, recebimento e pagamento.

5.4.2.8 Praticar ato lesivo à Administração Pública ou adotar conduta que viole as exigências de integridade, sustentabilidade social, observância da legislação trabalhista, proteção de direitos fundamentais ou demais deveres legais e contratuais aplicáveis à execução do objeto.

5.4.2.9 Permitir a utilização de qualquer trabalho por menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, e permitir a utilização do trabalho por menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.4.2.10 Contratar servidora(servidor) pertencente ao quadro de pessoal do TRE/SE, ativa(o) ou aposentada(o) há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheira(o), parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência da contratação.

5.4.2.11 Integrar o presente rol as demais vedações previstas no Anexo Especificações Técnicas do Serviço (ETS).

5.5 TREINAMENTO

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 CONDIÇÕES GERAIS

- 6.1.1 A contratação do objeto do presente processo de licitação será formalizada mediante contrato, contendo as informações e cláusulas essenciais, nos termos do art. 92 da Lei 14.133/2021, e alterações posteriores, sendo parte integrante da contratação as cláusulas e obrigações descritas neste Termo de Referência e nos demais Anexos ao Ato Convocatório.
- 6.1.2 A adjudicatária será convocada, preferencialmente por mensagem eletrônica, para assinar o contrato no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contado do primeiro dia útil seguinte ao envio da convocação ou da disponibilização do documento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.
- 6.1.2.1 A assinatura do instrumento contratual ocorrerá, preferencialmente, por meio eletrônico, no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, devendo o(s) representante(s) legal(is) da empresa adjudicatária providenciar, em tempo hábil, o respectivo cadastro para acesso ao sistema e assinatura digital, conforme orientações repassadas pela Seção de Contratos – SECON.
- 6.1.3 A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.1.3.1 É vedado ao TRE/SE retardar imotivadamente a execução contratual, inclusive em razão de alteração superveniente de titularidade no órgão ou unidade administrativa.
- 6.1.4 As comunicações entre o TRE/SE e a CONTRATADA serão realizadas, preferencialmente, por escrito, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica, inclusive por e-mail ou aplicativo de mensagens, sempre que compatível com a natureza do ato.
- 6.1.4.1 A CONTRATADA deverá informar e manter atualizados endereço de e-mail, número de telefone e número de telefone móvel com acesso ao aplicativo WhatsApp, para fins de recebimento de comunicações, notificações e demais expedientes relacionados à execução contratual.
- 6.1.5 As comunicações de atos processuais e administrativos serão realizadas por meio dos canais formais informados pela CONTRATADA, conforme item 6.1.4.1, sem prejuízo de publicação na imprensa oficial, quando exigida em lei.
- 6.1.6 Após a assinatura do contrato, o TRE/SE poderá convocar representante da CONTRATADA para reunião inicial de alinhamento, destinada à apresentação das condições de execução e fiscalização contratual, abrangendo, entre outros aspectos, as obrigações contratuais, os mecanismos de acompanhamento, os fluxos de comunicação e acionamento, os procedimentos de medição, os formulários e registros aplicáveis, o Instrumento de Medição de Resultados – IMR, quando cabível, e as sanções administrativas pertinentes.
- 6.1.7 O TRE/SE poderá, a qualquer tempo, convocar representante da CONTRATADA para prestar esclarecimentos, alinhar procedimentos ou adotar providências que devam ser cumpridas de forma imediata.

6.2 FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 6.2.1 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por representantes do TRE/SE especialmente designados para as funções de fiscalização e gestão do contrato, ou por seus substitutos, admitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações especializadas pertinentes a essas atribuições.
- 6.2.1.1 A fiscalização do contrato será exercida por fiscal(is) designado(s) no instrumento contratual e/ou em ato próprio do TRE/SE, observado o conjunto de atribuições nele previsto.
- 6.2.1.2 A gestão do contrato será exercida por servidor(a) designado(a) como gestor(a) no instrumento contratual e/ou em ato próprio do TRE/SE, observadas as atribuições ali definidas.
- 6.2.2 As(os) servidoras(es) designadas(os) para o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual poderão, no âmbito de suas atribuições, determinar a correção de inconsistências, propor ajustes contratuais ou procedimentos e solicitar a instauração de processo administrativo para apuração de infrações e eventual aplicação das sanções cabíveis.
- 6.2.3 A(O)s agentes de fiscalização e gestão do TRE/SE devem atuar em conformidade com as seguintes diretrizes:
- 6.2.3.1 Acompanhar a execução a fim de verificar a compatibilidade do serviço executado com as especificações exigidas;
- 6.2.3.2 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;
- 6.2.3.3 Determinar, no âmbito de sua competência, as providências necessárias à correção das irregularidades verificadas;
- 6.2.3.4 Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço contratado que não obedecer ao disposto no Edital, na proposta da CONTRATADA e no Contrato;
- 6.2.3.5 Comunicar tempestivamente à autoridade competente as situações que demandem decisão ou providência que ultrapassem sua esfera de atuação;
- 6.2.3.6 Solicitar auxílio de Unidades especializadas do TRE/SE (inclusive as unidades de assessoramento jurídico e de auditoria), que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-la(o)s com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual;
- 6.2.3.7 Colaborar com eventual instrução processual.
- 6.2.4 A CONTRATADA deverá atuar em conformidade com as seguintes diretrizes:
- 6.2.4.1 Indicar Representante com poderes para praticar os atos necessários à gestão administrativa da contratação, inclusive firmar o contrato e seus aditamentos, assinar requerimentos e petições, bem como receber notificações e intimações, dentre outras;
- 6.2.4.2 Manter Preposta(o) aceita(o) pelo TRE/SE para representá-la(o) na execução contratual;
- 6.2.4.3 Reparar, corrigir, remover ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela eventualmente empregados;
- 6.2.4.4 Responder pelos danos causados diretamente ao TRE/SE ou a terceiros em razão da execução contratual, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a atuação da fiscalização ou o acompanhamento pela Administração;
- 6.2.4.5 Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual.
- 6.2.4.5.1 A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos referidos no item anterior não transferirá ao TRE/SE a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.2.5 A qualidade da execução contratual será aferida de forma periódica e objetiva mediante aplicação do Instrumento de Medição de Resultados – IMR, observado o regramento estabelecido neste Termo de Referência, no ETS e em seus anexos.
- 6.2.5.1 O IMR poderá ser revisto, mediante motivação e formalização cabível, para adequação à realidade da execução contratual, desde que preservados a objetividade dos critérios de avaliação, a compatibilidade com o ETS e o equilíbrio contratual.
- 6.2.5.2 A CONTRATADA ficará sujeita à repercussão financeira decorrente do resultado apurado no IMR, inclusive à redução proporcional do valor da fatura mensal, sem prejuízo das demais medidas contratuais e sancionatórias cabíveis.
- 6.2.6 Os esclarecimentos solicitados pelos agentes de fiscalização do TRE/SE deverão ser prestados pela CONTRATADA no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, salvo se, em razão da complexidade da matéria, for fixado prazo diverso pela fiscalização.
- 6.2.7 Verificada desconformidade na execução contratual em relação a este Termo de Referência, às especificações técnicas ou às orientações expedidas pelo TRE/SE, o gestor do contrato poderá, sem prejuízo das sanções cabíveis, determinar a adoção das providências necessárias à regularização da execução, inclusive a paralisação total ou parcial de atividades irregulares e o saneamento, refazimento ou substituição do que houver sido executado em desconformidade, às expensas da CONTRATADA, quando couber.
- 6.2.7.1 A determinação de paralisação de atividades em desconformidade somente poderá ser adotada pelos agentes de fiscalização e gestão do TRE/SE ou por seus superiores hierárquicos, sempre que necessária à prevenção de prejuízos à execução contratual ou ao interesse público.
- 6.2.8 Solicitações formuladas pela CONTRATADA que impliquem providências estranhas ao escopo do objeto contratado dependerão de prévia análise da fiscalização e da gestão contratual, sem prejuízo de deliberação da autoridade competente, quando cabível.
- 6.2.9 O TRE/SE apreciará as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou destituídos de interesse para a boa execução do contrato.
- 6.2.9.1 Salvo disposição legal específica, concluída a instrução do requerimento, a autoridade competente terá o prazo de 1 (um) mês para proferir decisão, admitida prorrogação motivada por igual período.

6.3 RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO

- 6.3.1 O objeto contratual será recebido pelo TRE/SE, mediante avaliação da execução pelos agentes de fiscalização e gestão, com a finalidade de verificar a conformidade do serviço prestado com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no ETS, no contrato e nos demais anexos integrantes do edital, bem como identificar eventuais pendências, irregularidades ou providências necessárias à sua regular aceitação.
- 6.3.2 O recebimento do objeto observará as seguintes etapas:
- a) provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos agentes de fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, nos termos do [art. 22, X e do art. 23, VII, Decreto 11.246/2022](#); e
- b) definitivamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pela gestora ou pelo gestor do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais remanescentes, nos termos do [art. 21, IX, Decreto 11.246/2022](#).
- 6.3.3 Ao final de cada período de faturamento, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente aos agentes de fiscalização e gestão a conclusão da parcela executada, apresentando a documentação comprobatória pertinente à medição e ao recebimento do serviço correspondente.
- 6.3.3.1 O primeiro faturamento abrangerá o período compreendido entre a data de início da prestação e o último dia do respectivo mês, e os subsequentes observarão o período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês, ou até o último dia de prestação do serviço, se for o caso.
- 6.3.3.2 O prazo para o recebimento provisório será contado do recebimento, pela fiscalização, da comunicação formal da CONTRATADA e da documentação necessária à aferição da execução.
- 6.3.3.3 O recebimento provisório será formalizado pelos fiscais competentes, mediante termo detalhado que ateste o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, observadas, no que couber, as seguintes diretrizes:
- 6.3.3.3.1 A fiscalização técnica apurará o resultado da execução contratual no período, inclusive, se for o caso, o desempenho da CONTRATADA segundo os indicadores previstos no IMR, podendo haver repercussão no valor a ser pago, conforme metodologia aplicável.
- 6.3.3.3.2 A fiscalização técnica poderá ser auxiliada pelos fiscais setoriais, quando designados, competindo a estes o acompanhamento das atividades, etapas ou ocorrências verificadas no âmbito de suas respectivas unidades.
- 6.3.3.3.3 Identificada inexistência, irregularidade ou pendência sanável, a fiscalização competente notificará a CONTRATADA, previamente à emissão do termo de recebimento provisório, para que adote as providências necessárias à regularização, no prazo fixado.
- 6.3.3.3.4 Adotadas as providências cabíveis, será lavrado o Termo de Recebimento Provisório, com o registro das eventuais pendências remanescentes, dando-se ciência à CONTRATADA.
- 6.3.3.3.5 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, regularizar, substituir ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto executado em desconformidade com o contrato, o Termo de Referência, o ETS ou as determinações da fiscalização.
- 6.3.4 O recebimento definitivo será realizado pela gestora ou pelo gestor do contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento provisório, após a verificação da conformidade da execução, da documentação apresentada e do atendimento das exigências contratuais pertinentes, mediante emissão de termo detalhado.
- 6.3.4.1 Para fins de recebimento definitivo, a gestora ou o gestor do contrato deverá analisar os relatórios, os termos e os demais documentos produzidos pela fiscalização e, caso persistam irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, solicitar à CONTRATADA, por escrito, a adoção das medidas corretivas pertinentes.
- 6.3.4.2 A gestora ou o gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação do cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, com menção ao desempenho contratual aferido, inclusive com base em indicadores objetivamente definidos e apurados, quando aplicável, e as eventuais penalidades incidentes, para fins de instrução do atesto e do pagamento ([art. 21, VIII, Decreto 11.246/2022](#)).
- 6.3.4.3 Verificada a regular execução da parcela contratual, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo com base nos relatórios e na documentação apresentada.
- 6.3.4.4 Após o recebimento definitivo, a CONTRATADA será comunicada para emissão da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o valor efetivamente devido, conforme apuração da fiscalização e da gestão contratual.
- 6.3.4.4.1 Havendo controvérsia quanto à execução do objeto, especialmente em relação à qualidade, à quantidade ou à dimensão da parcela executada, observar-se-á o disposto no art. 143 da Lei 14.133/2021, devendo a CONTRATADA emitir Nota Fiscal ou documento equivalente apenas em relação à parcela incontroversa, para fins de liquidação e pagamento.

6.3.4,5 A documentação pertinente será encaminhada ao setor competente para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor efetivamente apurado.

6.3.5 Não correrão os prazos de recebimento enquanto pendente, por responsabilidade da CONTRATADA, a solução de inconsistências verificadas na execução do objeto ou na documentação exigida para medição, recebimento, liquidação ou pagamento.

6.3.6 O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando executado em desacordo com este Termo de Referência, com o ETS, com o contrato, com os anexos integrantes do edital ou com a proposta da CONTRATADA, devendo esta promover, às suas expensas, a correção, regularização, substituição ou complementação do objeto, no prazo fixado pelo TRE/SE, sem prejuízo da repercussão financeira decorrente do IMR e da aplicação das sanções cabíveis

6.3.6.1 Não sendo adotadas, no prazo fixado, as providências determinadas pela fiscalização, poderá o TRE/SE adotar as medidas necessárias à regularização da execução, inclusive por terceiros, com ressarcimento dos custos correspondentes pela CONTRATADA, sem prejuízo das demais consequências contratuais e legais cabíveis.

6.3.7 O recebimento provisório ou definitivo não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela adequada execução do objeto, pela qualidade do serviço prestado e pelos danos causados ao TRE/SE ou a terceiros em decorrência de culpa ou dolo.

6.4 ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

6.4.1 As hipóteses e os procedimentos atinentes à alteração do Contrato estão indicadas no Instrumento Contratual, conforme critérios previstos no Capítulo VII, do Título III, da Lei 14.133/2021.

6.5 REAJUSTE CONTRATUAL

6.5.1 Os preços inicialmente contratados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado da contratação, conforme consignado no Demonstrativo do Valor de Referência.

6.5.2 Após o transcurso do interregno de 1 (um) ano, contado na forma do item anterior, e mediante requerimento da CONTRATADA, os preços contratados poderão ser reajustados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, observado que o reajuste incidirá exclusivamente sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.5.3 As demais condições, critérios e procedimentos aplicáveis ao reajuste do valor contratado constarão do instrumento contratual.

6.6 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS RELACIONADAS À CONTRATAÇÃO

6.6.1 Configuram infrações administrativas às quais está sujeita a ADJUDICATÁRIA ou a CONTRATADA, nos termos do artigo 155 da Lei 14.133/2021:

6.6.1.1 Dar causa à inexecução parcial da contratação.

6.6.1.2 Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

6.6.1.3 Dar causa à inexecução total da contratação.

6.6.1.4 Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta.

6.6.1.5 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado.

6.6.1.6 Prestar declaração falsa durante a execução da contratação.

6.6.1.7 Praticar ato fraudulento na execução da contratação.

6.6.1.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

6.6.1.9 Praticar ato lesivo previsto nos incisos I, II, III, IV, "d", "e", "f" e "g", do [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

6.6.2 O TRE/SE, eventualmente verificadas as infrações referidas no item 6.6.1, poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções administrativas:

6.6.2.1 Advertência.

6.6.2.2 Multa.

6.6.2.3 Impedimento de licitar e contratar.

6.6.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.6.3 Relação entre os tipos de penalidade e hipóteses de aplicabilidade:

Quadro 1 - Tipos de penalidades

Penalidade	Hipótese(s) de aplicabilidade	Observação	Competência para aplicação	Dosimetria
Advertência	Dar causa à inexecução parcial da contratação, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.	Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.	Gestora(Gestor) do Contrato	Na aplicação das sanções serão considerados: <ul style="list-style-type: none">A natureza e a gravidade da infração cometida.As peculiaridades do caso concreto.As circunstâncias agravantes ou atenuantes.Os danos que dela provierem para o TRE/SE.A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
Multa	Todas aquelas reproduzidas no item 6.6.1 deste Instrumento.	1. As multas a que alude este Instrumento não impedem que a Administração promova a extinção unilateral da contratação e/ou aplique este tipo de sanção cumulativamente com as demais. 2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si. 3. Quadro elucidativo (infrações, percentuais, base de cálculo) indicado no Quadro 2.	Diretora(Diretor)- Geral do TRE/SE	
Impedimento de licitar e contratar	<ul style="list-style-type: none">Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.Dar causa à inexecução total da contratação.Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta.Ensejar o retardamento da execução	1. A aplicação do <i>Impedimento de licitar e contratar</i> só se efetivará quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá a(o) responsável de licitar ou contratar no âmbito da União pelo prazo máximo de 3 (três) anos (artigo 156, § 4º, da Lei 14.133/2021). 2. Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.	Diretora(Diretor)- Geral do TRE/SE	

Penalidade	Hipótese(s) de aplicabilidade	Observação	Competência para aplicação	Dosimetria
	ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado.			
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar	<ul style="list-style-type: none"> Prestar declaração falsa durante a execução da contratação. Praticar ato fraudulento na execução da contratação. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei 12.846/2013. 	<p>1. Desde que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o <i>Impedimento de licitar e contratar</i>, a Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pode ser aplicada também nas seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none"> Dar causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. Dar causa à inexecução total da contratação. Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada(o) dentro do prazo de validade de sua proposta. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado. <p>2. A aplicação do sancionamento previsto nesta linha impedirá a(o) responsável de licitar ou contratar no âmbito de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (artigo 156, § 5º, da Lei 14.133/2021).</p> <p>3. Admite aplicação cumulativa com a sanção de multa.</p>	Presidente do TRE/SE	

6.6.3.1 A aplicação das sanções previstas no item **6.6.2** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.6.4 Relação entre as hipóteses de infração e percentuais de aplicabilidade de multas:

6.6.4.1 A coluna “**Critério IMR correlato**” do Quadro 2 possui caráter orientativo e tem por finalidade indicar a correspondência predominante entre a infração apurada, o critério de medição afetado e o eventual reflexo sancionatório, de modo a promover uniformidade na atuação da fiscalização.

6.6.4.2 A correlação entre a infração e o critério do IMR não implica aplicação automática de penalidade, nem substitui a necessária motivação específica quanto:

- a) à aferição do desempenho contratual, para fins de medição e repercussão financeira; e
- b) à caracterização da infração contratual, para fins de aplicação de multa ou de outra sanção administrativa cabível.

6.6.4.2.1 Não se submetem, em regra, à correlação direta com critérios do IMR as infrações de natureza pré-contratual ou pré-executória, assim compreendidas aquelas verificadas antes do início efetivo da execução mensal do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando caracterizado o inadimplemento.

6.6.4.2.2 A insuficiência na entrega do relatório mensal e de documentos correlatos poderá repercutir no IMR, para fins de medição e glosa, e somente ensejará sanção administrativa autônoma quando caracterizada relevância material da omissão, reiteração, não saneamento após notificação ou efetivo prejuízo à fiscalização, ao recebimento, à liquidação da despesa ou ao pagamento.

6.6.4.3 Quando uma mesma ocorrência repercutir simultaneamente no IMR e no regime sancionatório, deverá ser explicitado, na instrução e na motivação do ato, a distinção entre o efeito decorrente da medição do desempenho contratual e aquele decorrente da apuração da infração, vedada a duplicidade de punição pelo mesmo fato sob idêntico fundamento.

Quadro 2 - Hipóteses de infrações sujeitas à multa

Item	Infração	Critério correlato IMR	Enquadramento	Percentual de multa	Base de cálculo	Observação
1	Atrasar injustificadamente a assinatura do contrato ou a apresentação de documentos indispensáveis ao início da execução	Não se aplica diretamente ao IMR	Mora pré-executória / descumprimento de obrigação preparatória	0,5% por dia de atraso, limitada a 10%	valor total da contratação	Pode caracterizar, conforme o caso, hipótese dos itens 6.6.1.4 e 6.6.1.5.
2	Atrasar injustificadamente a entrega inicial de veículo na data fixada para início da execução	Disponibilidade da frota	Mora na execução / inexecução parcial	1,0% por dia de atraso, por veículo, limitada a 10%	valor mensal do veículo em atraso	Aplica-se por veículo não disponibilizado tempestivamente.
3	Não disponibilizar, na data de início da execução, a totalidade da frota contratada	Disponibilidade da frota	Inexecução parcial ou total, conforme a extensão do descumprimento	10%	valor mensal da parcela da frota não disponibilizada	Sem prejuízo da caracterização de inexecução parcial ou total, conforme o impacto.

Item	Infração	Critério correlato IMR	Enquadramento	Percentual de multa	Base de cálculo	de Observação
4	Disponibilizar veículo em desconformidade com as especificações mínimas do TR ou do ETS	Conformidade técnica	Execução em desconformidade	2% por ocorrência, por veículo	valor mensal do veículo irregular	Inclui, entre outras hipóteses, inadequação de ano/modelo, categoria, itens obrigatórios e condições relevantes de conservação, higiene ou limpeza que comprometam a aceitação do veículo, a segurança, o uso regular ou a aderência às especificações contratuais.
5	Disponibilizar veículo com documentação irregular, licenciamento vencido ou cobertura securitária inadequada, vencida ou inexistente	Regularidade documental e securitária	Execução irregular grave	3% por ocorrência, por veículo	valor mensal do veículo irregular	Infração grave, dada a repercussão operacional e de segurança jurídica.
6	Descumprir o prazo de substituição do veículo no SLA contratual de até 24 horas	Prazo de substituição (SLA 24h)	Mora relevante na execução / descumprimento de SLA	1% por dia ou fração de atraso, por veículo, limitada a 15%	valor mensal do veículo a ser substituído	Aplicável em caso de pane, sinistro, avaria, irregularidade ou indisponibilidade.
7	Deixar de prestar assistência 24h, suporte emergencial ou atendimento acionamento formal da fiscalização	Assistência 24h	Descumprimento de obrigação operacional	1% por ocorrência	valor mensal do veículo afetado ou do contrato, conforme a extensão do impacto	Aplicável quando o descumprimento comprometer a continuidade da execução.
8	Deixar de realizar manutenção necessária, comprometendo a execução	Manutenção	Falha material de execução / descumprimento de obrigação de manutenção	1% por ocorrência	valor mensal do veículo afetado	Inclui manutenção preventiva e corretiva.
9	Não sanar irregularidade apontada pela fiscalização no prazo fixado	Atendimento à fiscalização	Descumprimento de determinação da fiscalização	0,5% por dia de atraso, limitada a 10%	valor mensal do contrato	Multa coercitiva voltada ao saneamento tempestivo da não conformidade.
10	Não apresentar relatórios, registros, documentos ou evidências mínimas exigidas para fiscalização, medição, IMR, recebimento ou pagamento	Relatório mensal / Controle de quilometragem e odômetro / Comunicação de ocorrências	Descumprimento de obrigação acessória relevante	1% por ocorrência	valor mensal do contrato	Sem prejuízo da possibilidade de glosa ou suspensão da liquidação da despesa.
11	Opor embaraço à fiscalização, sonegar documentos, retardar resposta a notificações ou prestar informação inexata sobre a execução contratual	Atendimento à fiscalização / Comunicação de ocorrências	Embaraço à fiscalização / descumprimento grave de obrigação contratual	2% por ocorrência	valor mensal do contrato	Sem prejuízo da apuração de infração mais grave, quando cabível.
12	Interromper injustificadamente a disponibilização do veículo ou retirá-lo da execução sem autorização do CONTRATANTE	Disponibilidade da frota	Inexecução parcial grave	5% por ocorrência, por veículo	valor mensal do veículo afetado	Pode também caracterizar inexecução parcial grave, conforme o caso concreto.
13	Utilizar, compartilhar, sublocar ou destinar a terceiros veículo vinculado ao contrato durante o período de alocação ao TRE/SE	Disponibilidade da frota / Comunicação de ocorrências	Desvio de finalidade / execução irregular grave	5% por ocorrência, por veículo	valor mensal do veículo afetado	Sem prejuízo de apuração de infração mais grave, se houver comprometimento da execução.
14	Recusar-se a cumprir obrigação contratual não especificada neste quadro	Atendimento à fiscalização	Descumprimento grave de obrigação contratual	5% por ocorrência	valor mensal do contrato	Aplicável em hipótese não especificada expressamente neste quadro, desde que haja motivação específica quanto à obrigação descumprida e à proporcionalidade da multa.
15	Reincidir em irregularidade já notificada pela fiscalização e não sanada adequadamente	Transversal (diversos critérios)	Reincidência	acréscimo de 50% sobre a multa-base aplicável	mesma base de cálculo da infração originária	Aplica-se sem prejuízo da sanção principal correspondente ao fato.
16	Dar causa à inexecução total da contratação	Transversal (diversos critérios)	Inexecução total	até 30%	valor total da contratação	Sem prejuízo da aplicação de impedimento de licitar e contratar ou declaração de

Item	Infração	Critério correlato	Enquadramento	Percentual de multa	Base cálculo	de	Observação
							inidoneidade, quando cabível.
17	Prestar declaração falsa durante a execução da contratação, praticar ato fraudulento na execução da contratação, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Transversal (diversos critérios)	Falsidade, fraude ou comportamento inidôneo	até 30%	valor total da contratação		Sem prejuízo da aplicação de impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade, quando cabível.
18	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013	Transversal (diversos critérios)	Ato lesivo à Administração	até 30%	valor total da contratação		Sem prejuízo das sanções previstas na legislação específica e das demais sanções administrativas cabíveis.

6.6.4.4 Para efeito de **cobrança** das multas aplicadas, será observado o limite de **30,0% (trinta por cento)** sobre o valor mensal do Contrato, quando a soma das multas aplicadas em determinado mês ultrapassar esse limite.

6.6.5 A aplicação de **multa de mora** não impedirá que o TRE/SE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Instrumento.

6.6.6 **As regras e os procedimentos acerca da instauração e tramitação de processo administrativo sancionatório para aplicação das sanções administrativas previstas neste Instrumento estão indicadas no Instrumento Contratual.**

6.7 SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

6.7.1 As hipóteses e os procedimentos atinentes à suspensão da contratação estão indicadas no Instrumento Contratual.

6.8 EXTINÇÃO DO CONTRATO

6.8.1 As hipóteses e os procedimentos atinentes à extinção da contratação estão indicadas no Instrumento Contratual, conforme critérios previstos no Capítulo VIII, do Título III, da Lei 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 MEDIÇÃO

7.1.1 A medição da execução contratual, para fins de recebimento e pagamento, observará os critérios objetivos de avaliação fixados neste Termo de Referência, no ETS e no Instrumento de Medição de Resultados – IMR.

7.1.1.1 A aferição periódica da qualidade da execução contratual deverá observar rigorosamente a metodologia, os critérios, os pesos, as faixas de desempenho e os procedimentos estabelecidos no IMR.

7.1.1.2 A execução contratual da CONTRATADA será avaliada com base nos indicadores e critérios de desempenho definidos no IMR, em estrita correspondência com as obrigações e padrões mínimos estabelecidos no ETS.

7.1.1.3 A cada critério avaliado será atribuída a pontuação correspondente, na forma prevista no IMR, para fins de apuração do resultado mensal da execução.

7.1.1.3.1 A medição deverá refletir o desempenho efetivamente verificado no período de referência, considerada a documentação comprobatória produzida pela fiscalização e, quando cabível, as justificativas apresentadas pela CONTRATADA.

7.1.1.4 Verificada desconformidade na execução contratual, especialmente quanto aos critérios de avaliação previstos no IMR, poderá haver glosa ou redução proporcional do pagamento devido, sem prejuízo da adoção das demais medidas contratuais e sancionatórias cabíveis.

7.1.1.5 A correlação entre os critérios do IMR e as hipóteses de infração previstas no Quadro 2 possui caráter orientativo e tem por finalidade indicar a correspondência predominante entre a infração apurada, o critério de medição afetado e o eventual reflexo sancionatório.

7.1.1.6 A utilização da correlação de que trata o item 7.1.1.5 não substitui a necessária motivação específica quanto:

a) à aferição do desempenho contratual, para fins de medição e repercussão financeira; e

b) à caracterização da infração contratual, para fins de aplicação de multa ou de outra sanção administrativa cabível.

7.1.1.7 Quando uma mesma ocorrência repercutir simultaneamente no IMR e no regime sancionatório, deverá ser explicitada, na instrução e na motivação do ato, a distinção entre o efeito decorrente da medição do desempenho contratual e aquele decorrente da apuração da infração, vedada a duplicidade de punição pelo mesmo fato sob idêntico fundamento.

7.1.2 O pagamento mensal devido à CONTRATADA poderá sofrer redução proporcional em razão do resultado apurado no IMR, observada a metodologia de cálculo e a faixa de repercussão financeira nele prevista, **até o limite de 13% (treze por cento) do valor da parcela mensal devida.**

7.1.2.1 Ultrapassado o limite de repercussão financeira previsto no item 7.1.2, ou constatada infração contratual autônoma, poderá ser aplicada, cumulativamente, a sanção administrativa cabível, nos termos deste Termo de Referência.

7.1.2.2 A aplicação do IMR não substitui nem afasta a apuração de inadimplementos contratuais específicos, tampouco impede a lavratura de registros de ocorrência, notificações à CONTRATADA, determinações de regularização ou a aplicação das penalidades cabíveis.

7.1.3 Os fatos ou situações supervenientes que venham a impossibilitar, restringir ou impactar a regular execução contratual deverão ser formalmente registrados pela fiscalização em instrumento próprio, com a devida motivação e a indicação de seus reflexos sobre a medição do período.

7.1.3.1 O registro de que trata o item 7.1.3 deverá ser considerado na apuração do resultado mensal, observado o regramento específico constante do ETS, do IMR e dos formulários de fiscalização adotados pelo TRE/SE.

7.1.3.2 Sempre que cabível, o registro da ocorrência deverá indicar o critério do IMR afetado e, quando pertinente, a correspondente hipótese prevista no Quadro 2, para fins de rastreabilidade, uniformização de entendimento e adequada instrução processual.

7.1.4 A utilização do IMR não impede a adoção concomitante de outros mecanismos de fiscalização, controle e avaliação da execução contratual previstos neste Termo de Referência, no ETS, no contrato e na legislação aplicável.

7.2 LIQUIDAÇÃO

7.2.1 Os procedimentos atinentes à liquidação estão indicados no Instrumento Contratual.

7.3 PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

7.3.1 Os procedimentos atinentes ao pagamento e à retenção tributária estão indicados no Instrumento Contratual.

7.3.1.1 Considerando que o objeto consiste em locação de veículos sem motorista, não caracterizada como prestação de serviços, não será efetuada retenção relacionada a tributos municipais.

7.4 ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

7.4.1 A presente contratação não permitirá a antecipação de pagamento.

7.5 CESSÃO DE CRÉDITO

7.5.1 A presente contratação não permitirá a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

8. REGRAS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1.1 O serviço pretendido é oferecido por diversos fornecedores e apresenta características padronizadas e usuais de mercado, sendo permitida a adoção da modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, à luz do disposto no art. 29, da Lei 14.133/2021.

8.1.2 O procedimento licitatório se destina à AMPLA PARTICIPAÇÃO de fornecedores, uma vez que o valor estimado da contratação é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

8.1.3 Não será aplicada a margem de preferência prevista no art 26 da Lei 14.133/2021, regulamentado pelo Decreto 11.890/2024.

8.1.3.1 Importa registrar que a EPC não identificou normativo emitido pela Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS) disciplinando a aplicação de margem de preferência ao objeto desta contratação, conforme registrado no ETP.

8.1.4 As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no Ato Convocatório.

8.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

8.2.1 O julgamento da licitação será realizado pelo critério do MENOR PREÇO GLOBAL, observadas as regras de aceitação das propostas fixadas no Ato Convocatório.

8.2.1.1 O preço global apresentado deverá incluir a completa execução do objeto, em conformidade com este Instrumento e quaisquer diferenças apuradas pela licitante deverão ser computadas na composição do preço, pois não acarretarão pagamentos adicionais pelo TRE/SE.

8.2.2 A adjudicação do objeto será realizada segundo o critério de julgamento fixado no item 8.2.1, observada a decisão do julgamento do certame.

8.3 REQUISITOS DA PROPOSTA COMERCIAL

8.3.1 A proposta comercial da licitante deverá conter planilha detalhando o preço ou lance final proposto, conforme modelo anexo do Ato Convocatório.

8.3.1.1 A proposta deverá ser registrada no campo próprio do Sistema Comprasgov, cujo valor para o ITEM (único) deve ser calculado conforme modelo de planilha de preços disponibilizado.

8.3.2 As licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e conferir todos as especificações e a planilha fornecida para execução do serviço, cabendo-lhes, no caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem como transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, formular imediata comunicação ao TRE/SE, para fins de esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

8.3.3 A participação no presente certame representa completa e irrestrita aceitação das condições, bem como a garantia de seu cumprimento, referente ao serviço, prazos e demais obrigações fixadas neste Termo de Referência (e demais anexos do Ato Convocatório), independente de declaração expressa da licitante.

8.3.4 Todos os custos, diretos e indiretos, incidentes sobre a execução contratual deverão ser considerados por ocasião da elaboração da proposta, não cabendo qualquer alegação posterior de erro e/ou não consideração de tal ou qual ônus.

8.4 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

8.4.1 O valor máximo aceitável da proposta de preços no certame corresponde ao VALOR TOTAL informado no arquivo VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO, disponibilizado no endereço <https://www.tre-se.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/pregoes-2026/licitacoes-2026>.

8.4.2 Será considerado como índice de inexecuibilidade a proposta que apresentar valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo TRE/SE (Súmula TCU 262 e art. 34 da [IN SEGES/ME 73/2022](#)).

8.4.2.1 Quando a licitante apresentar preço inferior a 50% (cinquenta por cento) do orçado pelo TRE/SE e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será realizada diligência para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.5 REQUISITOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO

8.5.1 Habilitação jurídica (art. 66, da Lei 14.133/2021)

8.5.1.1 As exigências de habilitação jurídica são as usuais relativas à generalidade do(s) objeto(s), conforme disciplinado no Ato Convocatório.

8.5.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista (art. 68, da Lei 14.133/2021)

8.5.2.1 As exigências de habilitações fiscal (tributos federais), social e trabalhista são as usuais relativas à generalidade do(s) objeto(s), conforme disciplinado no Ato Convocatório.

8.5.3 Qualificação econômico-financeira (art. 69, da Lei 14.133/2021)

8.5.3.1 Para fins de demonstração da qualificação econômico-financeira, a licitante deverá apresentar:

8.5.3.1.1 Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da(o) licitante.

8.5.3.1.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando índice de Liquidez Corrente (LC) superior a 1 (um), obtido por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.5.3.1.2.1 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.5.3.2 O Ato Convocatório contempla maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à comprovação das exigências de qualificação econômico-financeira previstas neste tópico.

8.5.4 Qualificação técnico-operacional (art. 67, da Lei 14.133/2021)

8.5.4.1 Para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional, a licitante deverá apresentar documentação apta a evidenciar a execução de objeto compatível, em características e quantitativos, com o da presente contratação, mediante a apresentação de:

8.5.4.1.1 1 (um) ou mais atestados ou declarações de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de contrato(s) de locação de veículos, em quantitativo mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) do total estimado para a presente contratação, **equivalente a 5 (cinco) veículos, pelo período mínimo de 2 (dois) meses.**

8.5.4.1.1.1 Será admitida a apresentação de atestado(s) ou declaração(ões) referente(s) a contrato(s) em execução, desde que reste comprovado, até a data de abertura da sessão pública da licitação, o cumprimento do **requisito temporal mínimo de 2 (dois) meses de execução.**

8.5.4.1.1.2 Será admitido o somatório de atestados ou declarações de capacidade técnica para fins de comprovação do quantitativo e do período mínimo exigidos, desde que os documentos apresentados evidenciem a efetiva execução de serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência.

8.5.4.1.1.3 Para fins de comprovação do requisito temporal previsto no item 8.5.4.1.1, será admitida a apresentação de atestados relativos a períodos sucessivos não contínuos, não sendo exigido que o período mínimo de **2 (dois) meses** tenha sido cumprido de forma ininterrupta.

8.5.4.1.2 Os atestados ou declarações de capacidade técnica deverão conter informações suficientes para permitir a verificação da compatibilidade do objeto executado com a presente contratação, especialmente quanto à natureza da prestação, ao quantitativo de veículos disponibilizados e ao período de execução.

8.5.4.2 O Ato Convocatório contemplará detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à comprovação das exigências de qualificação técnica previstas neste tópico.

8.5.5 Outras exigências da fase de habilitação

8.5.5.1 O Ato Convocatório indicará, se necessário, demais condições/requisitos previstos na legislação vigente aplicáveis a generalidade dos objetos contratados e que estão sujeitos à comprovação na fase de habilitação, a exemplo do disposto no [art. 63](#), inciso IV da Lei 14.133/2021.

9. ESTIMATIVA DE PREÇO DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado da contratação encontra-se consignado no 'Demonstrativo de Valor de Referência', elaborado pela Seção de Análise e Compras – SEACO, com fundamento em pesquisa de mercado realizada nos termos da Portaria Normativa TRE/SE 97/2025.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União a cargo do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, cujas dotações orçamentárias seguem descritas abaixo e que constarão do Termo de Contrato e/ou da respectiva Nota de Empenho:

UNIDADE	070012 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE TRABALHO ORÇAMENTÁRIA_ PTRES	02.061.0033.4269.0001 - Pleitos Eleitorais. PTRES: 167864.
GRUPO DE DESPESA DE	Outras Despesas Correntes.
FONTE DE RECURSOS	1000 ou 1027.
ELEMENTO DE DESPESA	339033 - Passagens e Despesas com Locomoção.

10.1.1 Os recursos destinados ao pagamento das despesas estão previstos na Lei Orçamentária Anual.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Integram este Termo de Referência os seguintes anexos:

- a) Especificações Técnicas do Serviço – ETS, inclusive seus anexos; e
- b) Planilha de proposta de preços.

11.2 Aplicam-se à presente contratação, à sua execução e aos casos omissos as disposições da Lei 14.133/2021, da legislação correlata, das normas internas pertinentes do TRE/SE, das cláusulas do edital, do contrato e das demais normas referidas no instrumento convocatório.

11.3 Este Termo de Referência foi elaborado com base nas definições, premissas e parâmetros constantes do Estudo Técnico Preliminar – ETP e das Especificações Técnicas do Serviço – ETS, observadas as necessidades da contratação destinada às Eleições 2026, restrita à locação de veículos sem motorista e sem fornecimento de combustível.

11.4 Eventual divergência entre este Termo de Referência e os demais artefatos da contratação será resolvida mediante interpretação sistemática do conjunto documental da contratação, observado o disposto na legislação aplicável, cabendo ao TRE/SE promover os esclarecimentos, ajustes ou retificações que se fizerem necessários.

11.5 As disposições relativas a prazos, obrigações, critérios de medição, fiscalização, sanções e demais condições de execução deverão ser interpretadas de forma integrada com o ETS (inclusive com o Instrumento de Medição de Resultados – IMR, quando aplicável) e com a minuta contratual.

11.6 Após o exame e a revisão das informações e documentos da fase preparatória, a Seção de Licitações – SELIC poderá realizar os ajustes formais finais necessários à instrução do processo, inclusive para compatibilização deste Termo de Referência com os demais documentos do certame, desde que preservado o conteúdo técnico definido pela Equipe de Planejamento da Contratação – EPC.

12. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1 O Termo de Referência foi elaborado pelos servidores indicados neste artefato e validado pela Coordenadoria de Material, Patrimônio e Transporte e pelo Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade.

12.2 Na elaboração deste Instrumento, os integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação atuaram em estrita conformidade com as competências/atribuições de cada um, sendo responsáveis pelos aspectos funcionais e técnicos da solução, bem como pelos aspectos administrativos da contratação.

ANEXO II
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO

1. FINALIDADE E ESCOPO DO ETS

1.1 Este ETS define especificações técnicas, operacionais e de controle específicas do serviço de locação de veículos, com objetivo de:

- a) padronizar a execução;
- b) reduzir ambiguidades operacionais;
- c) estabelecer evidências mínimas para fiscalização, medição e pagamento;
- d) mitigar riscos de indisponibilidade no período eleitoral.

1.2 Este documento complementa o Termo de Referência no que se refere às especificações técnicas e operacionais do objeto. Em caso de divergência entre disposições gerais constantes de outros instrumentos do processo e as regras específicas aqui estabelecidas, prevalecerão as disposições deste ETS, por disciplinarem diretamente as condições técnicas e operacionais do objeto.

2. OBJETO E CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO

2.1 Contratação de serviço de locação de veículos tipo popular de passeio, sem motorista e sem combustível, para atendimento das necessidades do TRE/SE no contexto das Eleições 2026.

2.2 O serviço inclui, obrigatoriamente:

- a) disponibilização contínua dos veículos;
- b) manutenção preventiva e corretiva;
- c) assistência 24h/guincho (quando aplicável);
- d) seguro vigente durante toda a execução, nos termos deste ETS;
- e) substituição de veículos quando houver indisponibilidade, observado o SLA de 24h;
- f) entrega e devolução com vistorias e registros.

2.3 Não integra o escopo:

- a) motorista;
- b) combustível;
- c) rotinas típicas de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra.

3. PARÂMETROS OPERACIONAIS DA DEMANDA (ELEIÇÕES 2026)

3.1 O serviço atende pico de demanda institucional no ciclo eleitoral, com intensificação de deslocamentos e necessidade de disponibilidade de frota para atividades administrativas e operacionais.

3.2 O uso dos veículos será definido pelo CONTRATANTE, por intermédio das unidades usuárias e da fiscalização competente, conforme programação interna, podendo ocorrer em dias úteis, fins de semana, feriados e horários estendidos

3.3 A CONTRATADA deve garantir a capacidade de resposta e continuidade compatíveis com o período eleitoral, especialmente quanto a panes, sinistros e substituições.

4. QUANTIDADES, DISTRIBUIÇÃO E LOCAIS-BASE

4.1 A execução observará a seguinte distribuição operacional de veículos, conforme o período de execução, podendo ser ajustada pelo CONTRATANTE, mediante justificativa de necessidade operacional e registro pela fiscalização do contrato:

Tabela 1 - Quantidades e período da execução

Unidade	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
Sede do TRE/SE (CENAF/Capucho)	4	4	4	4
Cartórios Eleitorais da Capital	4	4	6	6
Total de veículos no período	8	8	10	10

4.2 Dessa forma, a execução contratual observará o quantitativo máximo de até 10 (dez) veículos simultaneamente disponibilizados ao TRE/SE, conforme a distribuição indicada.

4.3 A entrega inicial e a devolução final dos veículos ocorrerão na Sede do TRE/SE (CENAF/Capucho), em Aracaju/SE, sendo posteriormente destinados às unidades usuárias conforme a distribuição prevista neste item.

4.4 O CONTRATANTE poderá realizar remanejamentos entre unidades sempre que necessário, desde que mantido o quantitativo total previsto para cada período.

5. DISPONIBILIDADE PERMANENTE E DEDICAÇÃO EXCLUSIVA AO TRE/SE

5.1 Os veículos permanecerão à disposição permanente e exclusiva do TRE/SE durante toda a execução.

5.2 "À disposição permanente" significa: veículos prontos para uso institucional, sem necessidade de autorização prévia da CONTRATADA para cada deslocamento, ressalvadas situações de manutenção/ocorrências formalmente registradas e tratadas com substituição.

5.3 "Exclusiva" significa: vedada a utilização simultânea, o compartilhamento, a sublocação ou qualquer outra forma de disponibilização dos mesmos veículos a terceiros durante a vigência da contratação."

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

6.1 Período previsto: **01/07/2026 a 09/10/2026**, havendo apenas primeiro turno das eleições.

6.2 Havendo segundo turno, a execução dos serviços poderá ser estendida até a conclusão das atividades eleitorais correlatas, conforme necessidade da CONTRATANTE, observado, em qualquer hipótese, o limite máximo de 31/10/2026.

6.3 A entrega inicial deverá ocorrer com antecedência suficiente para vistoria e distribuição, conforme alinhamento da fiscalização técnica e da gestão do contrato, sem prejuízo do início regular em 01/07/2026.

7. CANAIS DE COMUNICAÇÃO E ACIONAMENTO FORMAL E PREPOSTA(O)

7.1 A CONTRATADA manterá canais ativos para comunicação operacional e acionamentos, no mínimo:

- a) e-mail;
- b) telefone;
- c) WhatsApp corporativo.

7.2 O WhatsApp corporativo:

- a) deverá ser informado na assinatura do contrato, com a identificação do número e da pessoa responsável pelo atendimento;
- b) deverá permanecer ativo durante toda a vigência contratual;
- c) deverá ser atendido inclusive em fins de semana e feriados, sempre que houver necessidade de acionamento operacional.

7.3 Considera-se acionamento formal (T0) a solicitação registrada pelo TRE/SE à CONTRATADA, por meio de: